

EUA reafirmam desejo de ter maior poder no BID

CARACAS — O chefe da delegação americana na 29ª Assembléia Anual dos governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Allen Wallis, divulgou uma nota ontem na sessão formal de abertura do encontro confirmando a posição intransigente de seu país de só aumentar sua contribuição aos cofres do BID após uma reforma dos mecanismos de empréstimos aos países latino-americanos, dando maior poder de veto aos Estados Unidos sobre a concessão de créditos.

“Nós não mudaremos nossa posição esse ano, no próximo ou no seguinte enquanto não houver mudanças. Não é apenas uma decisão do Departamento do Tesouro, mas do Departamento de Estado e da Casa Branca” — assegurou Wallis. Os Estados Unidos querem que os créditos do BID sejam fornecidos apenas aos países que adotem reformas estruturais de ajustes em suas economias, orientadas por uma política de livre mercado.

Na semana passada e na chegada para a 29ª Assembléia, no sábado, fontes americanas disseram, pública e reservadamente, que Washington estaria disposto a dar uma chance ao novo presidente do BID, o uruguaio Enrique Iglesias, de discutir a questão com os países latino-americanos antes de fechar a questão. Iglesias assume formalmente no dia 1º de abril, mas já está participando informalmente das primeiras negociações nesta questão. O poder decisório dentro do BID está dividido entre os países latino-americanos (53,9%), os Estados Unidos (34,5%), o grupo dos países extra-regionais liderados pelo Japão (7,1%) e o Canadá (4,3%). Atualmente, para se vetar um empréstimo do Banco são necessários 50% mais um dos votos. Os Estados Unidos querem reduzir o poder de veto para 35%, o que permitiria que, com a ajuda de apenas mais um *eleitor*, a Casa Branca vetasse virtualmente tudo o que quisesse.